

# Jornal alerta para risco de fracasso

PAULO SOTERO  
Correspondente

WASHINGTON — O editorial do *Financial Times* de ontem, que chama a atenção para a possibilidade de a continuação do desajuste macroeconômico vir a impedir a execução do acordo preliminar da dívida anunciado na semana passada, não mereceu nenhum reparo nos meios financeiros familiarizados com o tema. A razão é simples: ainda que não tenham interesse em destacar os riscos embutidos num acordo em cujo sucesso têm interesse financeiro e/ou político, todos sabem que a advertência feita pelo oráculo das finanças internacionais está solidamente assentada em fatos.

O uso político que o presidente Fernando Collor fez do anúncio do acordo, na semana passada, apresentando-o como panaceia para os males do País e prova de confiança internacional num governo corroido por denúncias de corrupção, reforçou, nos meios fi-

nanceiros, as preocupações que estão por trás no editorial do *Financial Times*.

Guillermo Estebanez, analista do Moody Investors Service Inc., uma empresa de classificação de títulos no mercado de capitais que tem na credibilidade seu principal ativo, reagiu ao acordo com o ceticismo de quem já viu esse filme um par de vezes e sabe como ele termina. "O Brasil não é muito diferente hoje do que era antes do anúncio do acordo", disse. "É o mesmo país, com os mesmos problemas e a mesma inflação. A dívida é um pouco menor, mas isso é tudo."

**Nova carta** — O comentário do jornal econômico reflete uma avaliação parecida, compartilhada por alguns governos como o da Inglaterra, que fizeram objeção ao acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional. O cálculo por trás do editorial baseia-se num cenário já admitido pela própria equipe econômica. O governo não cumpriu as me-

tas nominais e operacionais do déficit público no primeiro trimestre e repetirá a dose, no segundo. Em setembro, quando o board do FMI fizer a revisão semestral do programa de estabilização brasileiro, o governo pedirá uma recalibragem das metas do segundo semestre, que, por sábia precaução do ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, são descritas no acordo como "indicativas". Isso poupará ao País o vexame de ter de apresentar nova carta de intenção ao FMI.

É plausível que a diretoria do FMI aprove os termos da revisão e renove seu crédito de confiança — mas não de dinheiro — ao governo. A favor do País atuarão não apenas o desejo geral de que o ministro da Economia tenha sucesso em seus esforços como o interesse específico dos EUA de que o acordo do Brasil com os bancos seja efetivado e a Casa Branca, à cata de boas notícias num ano eleitoral difícil, possa proclamar o sucesso de sua estratégia para o proble-

ma da dívida externa do Terceiro Mundo. A essa altura, os negociadores da dívida e os banqueiros estarão completando a proposta detalhada do acordo, a term sheet a ser enviada aos bancos, e o diretor do FMI, Michel Camdessus, poderá, com base na decisão de seu board de diretores, assinar uma carta de praxe recomendando o negócio aos credores.

Ao Brasil ficará a responsabilidade de, a partir deste semestre, implementar para valer o programa acertado. "Para Marcílio, os próximos meses serão ainda mais duros, porque não há mais margem para erro na execução das reformas internas", disse um economista de um banco credor do Brasil.

Se deixar de realizar as metas nominais e operacionais do déficit, como fez na primeira metade do ano, o País não terá acesso aos recursos do Fundo, Nem aos do Banco Mundial, que mantém há meses uma atitude de óbvia reserva em relação às chances do governo de reformar a economia.